

**DO PÚLPITO AO JORNAL:**  
a construção do discurso maçônico por meio da literatura  
diante o embate com a Igreja Católica<sup>1</sup>

**FROM THE PULPIT TO THE NEWSPAPER:**  
the construction of masonic discourse through literature in  
the face of the clash with the catholic church

JENIFFER YARA JESUS DA SILVA<sup>2</sup>

Data em que o trabalho foi recebido: **03/02/2025**

Data em que o trabalho foi aceito: **26/04/2025**

---

<sup>1</sup> Este trabalho integrou minha Iniciação Científica, orientada pela profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales (UFPA) e fomentada pelo CNPq (PIBIC).

<sup>2</sup> Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunta na Universidade do Estado do Amapá (UEPA). E-mail: [jeniffer.silva@ueap.edu.br](mailto:jeniffer.silva@ueap.edu.br); Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4824-2730>

## **DO PÚLPITO AO JORNAL: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO MAÇÔNICO POR MEIO DA LITERATURA DIANTE O EMBATE COM A IGREJA CATÓLICA**

### **RESUMO**

Em Belém do Pará, durante o Oitocentos, a imprensa mantinha forte caráter político perante a sociedade, por meio da circulação de notícias e artigos opinativos. Nesse período, jornais como **O Pelicano** (1872-1874), **O Santo Officio** (1870 – 1889) e **O Filho da Viúva** (1873) surgiram a fim de enaltecer/defender a doutrina maçônica, fundando uma sociabilidade entre maçons e sociedade leiga, além de rechaçar denúncias advindas de figuras contrárias às suas ideologias, principalmente clérigos da Igreja Católica, por meio de artigos opinativos e produções literárias, envoltas nos assuntos pertencentes às querelas vivenciadas pelas folhas. Desse modo, este trabalho possui como objetivo apresentar estes jornais, identificar as produções de cunho literário nos respectivos periódicos, durante a década de 1870, e analisá-las, relacionando-as ao contexto histórico-político-social da época, perante o embate entre Igreja Católica e Maçonaria na Belém do século XIX.

**Palavras-chave:** Periódicos maçônicos do século XIX. Belém do século XIX. Brasil. Produção literária oitocentista.

## **FROM THE PULPIT TO THE NEWSPAPER: THE CONSTRUCTION OF MASONIC DISCOURSE THROUGH LITERATURE IN THE FACE OF THE CLASH WITH THE CATHOLIC CHURCH**

### **ABSTRACT**

In Belém do Pará, during the 1800s, the press maintained a strong political character in society through the circulation of news and opinion pieces. During this period, newspapers such as **O Pelicano** (1872-1874), **O Santo Officio** (1870 - 1889) and **O Filho da Viúva** (1873) emerged in order to praise/defend Masonic doctrine, founding a sociability between Masons and lay society, as well as rejecting accusations coming from figures contrary to their ideologies, mainly clerics of the Catholic Church, through opinion articles and literary productions, wrapped in the subjects belonging to the quarrels experienced by the sheets. The aim of this paper is to present these newspapers, identify the literary productions in the respective periodicals during the 1870s and analyze them, relating them to the historical-political-social context of the time, in the face of the clash between the Catholic Church and Freemasonry in 19th century Belém.

**Keywords:** 19th century Masonic periodicals. Nineteenth-century Belém. Brazil. Nineteenth-century literary production.

## INTRODUÇÃO

A imprensa em Belém do Pará surge em uma época de grandes modificações políticas e culturais, de maneira a constituir-se como uma das consequências dessas mudanças, já que abrigou o registro de fatos históricos e culturais importantes. Com o crescimento econômico devido ao advento da *Belle Époque*, ocorreram disputas políticas na transição entre Monarquia e República, a separação entre Estado e Igreja na tomada de decisões sobre as cidades, modificações estruturais e sociais na região, e as páginas dos periódicos tornaram-se palco delas. Na tentativa de igualar-se ao modo de viver europeu, a elite paraense necessitava de uma sociedade voltada para a circulação de informações sobre fatos, moda, cultura, opiniões, e, assim, o jornalismo foi instrumento fundamental na divulgação de posicionamentos críticos sobre diferentes assuntos e na circulação de ideias em um período de intensas vicissitudes.

De caráter fortemente político em suas primeiras manifestações, os periódicos noticiosos paraoaras<sup>3</sup>, como **O Paraense** (1822), primeiro título publicado na cidade, continham em seu corpo editorial a presença de figuras religiosas, como padres e cônegos, porém, somente em 1848 houve o surgimento de um jornal devoto apenas para as questões religiosas, intitulado *Synopsis Eclesiástica* (1851 - 1852), folha oficial da Diocese do Grão-Pará. Assim, a imprensa paraense não se deteve apenas na circulação de notícias, mas incluiu, em sua vasta produção jornalística, folhas de caráter religioso ou doutrinário. Tânia Regina de Luca explicita melhor acerca da importância na divulgação de ideias por meio da imprensa durante esse período vivenciado em todo o Brasil:

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas. A imprensa teve papel relevante em momentos políticos decisivos, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República (Luca, 2018, p. 133-134).

Na imprensa de caráter religioso e/ou doutrinário não foi diferente. Totalizando nove jornais nesta categoria publicados no Grão-Pará durante o século XIX, e disponibilizadas no acervo digital da Fundação Cultural do Pará, três foram destinados aos assuntos da Igreja Católica, cinco foram relativos à doutrina maçônica, incluindo uma revista, e um foi devoto à causa protestante. São os seguintes títulos: **O Santo Officio** (1870-1889), **O Pelicano** (1872-1874), **A Flammígera** (1873), **O**

---

<sup>3</sup> Termo sinônimo de “paraense”.

**Filho da Viúva** (1873) e **A Regeneração** (1873-1876), voltados à doutrina maçônica; **Synopsis Ecclesiastica** (1848-1849), **A Estrella do Norte** (1863-1866) e **A Boa Nova** (1871-1889), pertencentes à Igreja Católica; e **O Apologista Christão Brasileiro** (1890-1909), direcionado para os interesses da Igreja Metodista do Brasil.

As folhas destinaram-se para assuntos referentes a cada doutrina pertencente ao jornal, e entre si mantiveram debates acalorados acerca de opiniões contrárias à cada ideologia ou expunham acusações entre os diferentes fundamentos. Conflitos entre **A Boa Nova** e **O Pelicano**, **O Liberal** e **A Boa Nova** são alguns exemplos dos embates críticos frequentes nos jornais, ou seja, o catolicismo do Bispo do Pará, o qual manteve rígida aversão à Maçonaria, acusava e criticava veementemente esta instituição em seu jornal, recebendo também acusações incisivas nos jornais pertencentes à doutrina maçônica.

Porém, não só assuntos relacionados ao teor doutrinário eram divulgados nas folhas. Artigos moralizantes, narrativas e anúncios também foram presentes, contribuindo para a circulação de ideias e leituras voltadas para o público leitor interessado nessas publicações. Tais produções mantinham determinados propósitos, como a divulgação de livros e lançamentos literários na região e no Brasil, assim como a publicação de textos de caráter literário, em prosa ou em poesia, vinculados às defesas políticas e ideológicas de cada redação.

## JORNAIS MAÇÔNICOS NA BELÉM DO SÉCULO XIX

Precisamente na metade do século XIX, durante a década de 1870, ocorreu a chamada Questão Religiosa, embate entre Igreja e Maçonaria no Brasil. As discussões envolveram a atuação de clérigos em comemorações e demais ações da instituição maçônica e as divergências que ocorriam entre padres que defendiam posicionamentos políticos conservadores, como a manutenção da Monarquia e a defesa da atuação política conjunta entre Igreja e Estado, contra figuras maçônicas (incluindo, também, eclesiásticos) que defendiam o advento da República e a separação de Estado e Igreja no exercício de poder político no país.

Os embates ideológicos entre essas instituições já ocorriam em períodos anteriores, porém, o um acontecimento no Rio de Janeiro, em 3 de março de 1872, desencadeou uma efervescência de acusações e denúncias. Naquele ano, Padre José Luís de Almeida Martins (18-- ) foi expulso de suas funções na igreja após seu pronunciamento de comemoração na celebração da Lei do Ventre Livre, em uma festa promovida pelo Grande Oriente do Lavradio, loja maçônica a qual José Almeida

Martins participava. A ordem foi dada pelo Bispo do Rio de Janeiro, à época, D. Pedro Maria de Lacerda (1830 - 1890) e não acatada por José Martins. A ação, repudiada por muitos clérigos e principalmente maçons, marcou o início do embate entre as duas instâncias, entre figuras favoráveis ao mando do Bispo da Diocese e contrários à sua ordem.

Tal movimento alastrou-se por todo o país; folhas católicas e maçônicas mantinham suas discussões atualizadas de acordo com as novas publicações e ações da Diocese ou Lojas maçônicas de cada região. Além disso, o movimento unificou pautas entre os que se posicionavam de maneira semelhante e fez circular discursos e notícias dos jornais de determinadas províncias em outras localidades, por meio de menções, republicações e notas sobre as novas edições que chegavam ou artigos publicados; a circulação dessas ideias entre os impressos confirma a intensa relação entre as províncias neste período, mesmo com as distâncias e a falta de meios tecnológicos mais velozes para a chegada e saída de jornais entre as regiões. Nesse contexto, a imprensa religiosa oitocentista foi uma grande teia de circulação de ideias e defesa de intenções para uma manutenção de poder na época, por meio da troca de discursos, pautas e acusações entre as figuras envolvidas nos embates.

A respeito dos periódicos envolvidos na Questão Religiosa, foram localizados títulos do Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, onde circularam folhas católicas e maçônicas de significativa periodização, em manifestações de confronto e divulgação de diferentes pautas sociais, não somente as voltadas para suas doutrinas, mas igualmente relativas à leitura e prosa ficcional. Pará e Recife, por exemplo, foram centros de discussões na época, pois, além do conflito gerado na corte, mantiveram intensa atuação política figuras como Dom Antônio de Macedo Costa (1830 – 1891), bispo atuante no Pará, e Dom Vital Maria de Gonçalves Oliveira (1844 – 1878), atuante no Recife, os quais foram condenados à prisão em meados de 1870 por desacatarem ordens de Dom Pedro II (1825 – 1891) em defesa de padres e figuras maçônicas, a partir da solicitação do Barão do Rio Branco (1845 – 1912), favorável à causa maçônica (Costa, 1886).

A origem da imprensa maçônica nos remete à ideia da tentativa de impor seus preceitos e defender-se das acusações expostas nos jornais católicos ou conservadores por conta da Questão Religiosa, porém, como Alan Christian de Souza Santos (2011) explicita, esta não deve ser a única perspectiva tomada, pois a presença deles na imprensa brasileira teve como grande e principal objetivo a “[...] consolidação da própria maçonaria no meio social” (Santos, 2011, p. 27). Assim como os jornais voltados à causa católica tornaram-se os principais meios de propalar suas ideias, a presença dos maçons em meio à imprensa e à sociedade belenense foi de grande importância na chamada construção social de que Alan Christian (2011) retrata:

Consciente ou inconscientemente, os maçons paraenses participaram de uma série de eventos e ações, ora como personagens principais, ora como coadjuvantes, em que manifestaram suas opiniões, elaboraram discursos, fizeram e receberam críticas, estabeleceram alianças, vivenciaram crises e conflitos, fracassaram em seus intuitos, se apropriaram de ideias, projetaram visões de mundo e se mostraram simpáticos a determinado tipo de vida em sociedade, tornando-se assim, como outros indivíduos e grupos também o foram, construtores do social (Santos, 2011, p. 27).

O primeiro jornal de tendência maçônica surgido no Grão-Pará intitulou-se **O Santo Officio**. Publicado entre 1870 e 1880, circulou nas segundas-feiras e foi impresso em sua tipografia oficial de mesmo nome. Denominou-se em 1872 como “Periódico imparcial, crítico e recreativo”, e, em 1873, como “Periódico devotado aos interesses públicos”, de propriedade dos senhores Manoel R. da Silva, Mathias D. S. Pinheiro e redação de Daniel William Miller<sup>4</sup>, que na época ainda não tivera contato com a Maçonaria, vindo a declarar-se maçom posteriormente. A folha não foi órgão oficial da Maçonaria, mas manteve em seus artigos o combate às críticas publicadas no periódico católico **A Boa Nova**, oficialmente dirigida pelo Bispo do Pará, Dom Macedo Costa<sup>5</sup>, combatendo o chamado jesuitismo (termo pejorativo utilizado pela redação para se referir aos eclesiásticos) e noticiando denúncias sobre crimes cometidos por figuras da Igreja. Demonstrou-se preocupado na propagação do ideal maçônico, bem como no exercício de leituras mais atrativas, como narrativas e poemas, na defesa de uma sociedade mais libertária quanto às leituras realizadas.

De expressão mais significativa na história da imprensa maçônica, **O Pelicano** foi órgão oficial da sociedade e circulou entre os anos de 1872 e 1874, tendo como seu fundador Joaquim José de Assis, o qual mais tarde fundaria o periódico **A Província do Pará**, juntamente com o colaborador d’**O Pelicano**, Antônio José de Lemos. Redigida pelo padre Eutíquio Pereira da Rocha, Carmino Leal, cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery e Jorge Sobrinho, a folha foi impressa na tipografia do jornal **Futuro** e publicada às quintas-feiras e domingos. Denominava-se como “Periódico dedicado à defesa da Maçonaria, bem como ao estudo e discussão de assuntos científicos, literários, artísticos, industriais e noticiosos [sic] exclusive somente os políticos e religiosos” (O Pelicano, 1872), mesmo com esta definição, manteve em suas publicações discussões relativas à causa maçônica no combate às críticas redigidas pelo Bispo do Pará, n’**A Boa Nova**, na divulgação de artigos opinativos acerca

---

<sup>4</sup> A respeito dos nomes relativos aos proprietários e redatores dos jornais maçônicos, não há maiores informações sobre data de nascimento e morte e demais ocupações sobre eles nas pesquisas empreendidas.

<sup>5</sup> **A Boa Nova** foi o segundo jornal da diocese sob a tutela de Dom Macedo Costa. Iniciou circulação em 1871 e finalizou em 1883. Dirigida por Revm. Conego Clementino José Pinheiro e Jesuino Marreiros Carlos Barbosa, com redação de Conego Dr. João Clementino Guedella Mourão, José Lourenço da Costa Aguiar, Luiz Barroso de Bastos, Dr. José de Andrade Pinheiro e Padre Raimundo Amancio de Miranda. Sobre estas figuras, lamentavelmente, não se encontram dados disponíveis para esclarecimento sobre sua atuação no jornal, havendo apenas a citação de seus nomes no impresso.

da instituição, porém, também valorizou a circulação de prosa ficcional, com recomendações de leituras, principalmente as de teor científico.

Posteriormente, tornou-se órgão de uma empresa particular, distanciando-se da identidade de órgão oficial da Maçonaria no Pará, mas, de acordo com Alan Christian de Souza Santos, nada mudou:

No discurso, o “novo” *Pelicano* não contava mais com o apoio das lojas maçônicas, não falava mais em nome da maçonaria paraense e se levantava “não como substituto do que já findou sua carreira, mas como um novo lidador à causa da humanidade”. Na prática, pouco mudou. A estrutura era a mesma, o jornal continuava sendo impresso sobre os cuidados de Francisco de Souza Cerqueira na Tipografia do Futuro, seus artigos não eram assinados e a maioria deles continuava tratando do bispo do Pará e da Questão Religiosa. A grande diferença foi mesmo a contestação de sua legitimidade por parte de outros órgãos de tendência maçônica (Santos, 2011, p. 99).

Um “Hebdomadario dedicado a ‘causa maçônica’” surge em 13 de junho de 1873, intitulado **O Filho da Viúva**, propriedade de G. Dheuy de Gusmão, impresso na tipografia d’**O Vampiro** e posteriormente na do **Futuro**, dois títulos de periódicos publicados em momentos anteriores a este. A publicação semanal continha quatro colunas dispostas em quatro páginas e não manteve seções definidas, mas estiveram presentes algumas intituladas, como “Parte Não Editorial”, “Parte Crítica” e “Poesia Maçônica”. O jornal criticou o clero e as investidas da Igreja contra a instituição.

Não apenas por meio de artigos e notas em resposta a uma ou a outra redação as ideias críticas foram veiculadas nesses jornais, mas igualmente por produções consideradas literárias, inscritas em forma de poemas, por exemplo, ou narrativas ficcionais, publicadas em seções para o entretenimento do público leitor, que dialogavam com os assuntos “sérios” do editorial jornalístico de cada impresso. Dessa forma, no presente estudo analisaremos como as discussões estiveram presentes nas produções ditas literárias entre os jornais religiosos/doutrinários belenenses.

## **OS DISCURSOS INSCRITOS NA PRODUÇÃO LITERÁRIA MAÇÔNICA OITOCENTISTA**

Perante o exposto, a imprensa doutrinária belenense durante o século XIX, mais precisamente na segunda metade do Oitocentos, baseou-se em conflitos de ordem política e dogmática publicados em folhas impressas, reafirmando nelas seus respectivos discursos. De maneira a conduzir seu público leitor, os periódicos também atentaram para as leituras populares, como os próprios redatores indicavam, realizadas no seio da sociedade belenense, utilizando-se de poemas e narrativas folhetinescas para expor seus discursos ideológicos.



Verificam-se nesses jornais publicações consideradas “de entretenimento”, mas que trazem consigo críticas, acusações ou temas combatidos pelos impressos. A leitura de narrativas e poemas que tratam dos assuntos envoltos nos embates ideológicos da época poderia contribuir para enfatizar, aos leitores desses jornais, os posicionamentos expostos nos artigos opinativos, pois

Neste sentido, o jornal é, portanto, o lugar por excelência da multiplicidade discursiva; nele, revelam-se mesmo que de forma incipiente as vozes de uma ‘opinião pública’, da qual participavam os mais variados segmentos da sociedade, entre os quais as mulheres (...) (Barbosa, 2007, p. 40).

Na formação de uma opinião pública, portanto, os discursos inscritos mantinham forte tendência de persuasão e denúncia sobre as instituições as quais eram contrárias, ou de valorização da doutrina a qual eles pertenciam.

Acerca dos discursos nas produções literárias desses impressos, considera-se que, durante o século XIX, a designação “literária” não era bem definida, “do que podemos concluir que o Literário une um variado número de tendências, assuntos, ideologias, agregando, como se deduz, um grupo variado de leitores” (Barbosa, 2007, p. 30).

Ao atentarmos para os discursos e as formas como eles foram impressos nesses jornais, verificamos o que Tânia Regina de Luca afirma:

Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (Luca, 2008, p. 140).

Discursos e materialidade dos impressos podem determinar as funções sociais das publicações, de acordo com a autora. Dessa forma, a disposição de artigos opinativos em conjunto aos textos de caráter literário, como prosa de ficção e poemas, nos remete à tentativa de captar a atenção do leitor de diferentes maneiras, seja pelos artigos pertencentes ao editorial da folha, seja pelas produções voltadas em um primeiro momento para o entretenimento, mas que carregam teor político, social e cultural nas páginas desses periódicos.

Um caso patente desta afirmação é um poema publicado em 8 de julho de 1873, no jornal **O Filho da Viúva**, que retrata a prisão de D. Vital e D. Macedo Costa em 14 e 16 de maio do mesmo ano, durante a Questão Religiosa:

Dada a demonstração,  
Que a D. Vital de raivas mil abala,  
Oh! Já ninguém podia  
Conter a multidão!  
Em vão procuram muitos dispersal-a,  
Como era de esperar, como convinha;  
Mas é geral do povo a indignação  
Que já se não continha!  
Um grupo se encaminha,  
Para a typographia  
Da nobre União,  
- Realejo oficial  
Do martyr Frei Vital –  
Hia a findar o dia  
Quando em pedaços a infeliz ardia!  
- Lucros e perdas para a Caixa-Pia  
Que tem de sustentar um novo jornal! –  
(O Filho da Viuva, 1873).

O fato é retratado como vitória pelo redator, em uma pequena nota que antecede a produção, para depois expor o poema. Sem assinatura, como outros textos que também não contém autoria declarada, pela “necessidade de proteção, seja da autoridade, seja da reputação” (Barbosa, 2007, p. 33), o poema traz uma crítica direta a duas figuras de poder, arraigadas pelo desejo de manter lucros para o sustento de um jornal, possivelmente **A União**, único título que saiu em sua defesa quando ocorreu a prisão dos Bispos (De Medeiros; Gileno, 2018).

No mesmo impresso maçônico, a presença de poemas com assuntos pertinentes aos temas religiosos/doutrinários é comum, como a produção intitulada **Poesia maçônica**, na edição nº 04 de 1873:

Quem de nós, obreiros queridos,  
Na praça, no meio da rua,  
Não dá mesmo seus vestidos  
A órfã que passa nua?  
Quem é que o passo recua  
Para não matar-lhe a fome?  
Se acaso sede a consome,  
Quem lhe não dá de beber?  
Que saia, pois deste templo;  
A tiranos não contemplo,  
Nem devo os olhos volver!

Se por acaso em uma cena,  
Que o infortúnio formou,  
Aqui, um – aí! Uma pena,

Ali, um outro choro,  
Mais além, alguém ficou  
Do corpo sangue a correr,  
Alguns homens vêm-se a ver  
A um por um pô-los bons;  
Perguntam uns – que são eles,  
Que zelam tanto daqueles?  
Respondem outros:- Maçons!!  
(O Filho da Viuva, 1873).

Os trechos aqui citados valorizam atos de caridade e empatia presentes na figura do maçom, o qual “daria seus vestidos à órfã nua” e não deixaria algum indivíduo passar fome ou sede, em uma clara referência aos atos de beneficência realizados pelas Lojas maçônicas. Como bem explicita Alan Santos (2011, p. 63), os pedreiros-livres, nos discursos inscritos em suas folhas, estavam muito além dos discursos, incluíam-se na “adoção de práticas assistencialistas e filantrópicas que no fim das contas também servia para a tão apregoada ‘defesa’ da instituição”. Esta prática assume papel significativo nesse poema, na intenção de defender a imagem do maçom como alguém zeloso em suas práticas benevolentes.

Na esteira de produções que denunciam figuras da Igreja, em **O Pelicano**, o folhetim **O Jesuíta**, publicado em 1873, retrata o combate ao jesuitismo. O Bispo do Pará, acusado de pertencer à “seita jesuítica”, em uma alusão às suas ações evangelistas, de conversão de indígenas no interior do estado paraense, é alvo de críticas a respeito desse projeto. O impresso maçônico alega abuso de poder e intolerância para com outras formas de crenças, como as tradições indígenas, bem como com a doutrina maçônica, atacada veementemente por Dom Macedo Costa.

O folhetim insere-se nesse contexto de forte polarização religiosa e política, refletindo a tensão entre o catolicismo tradicional, representado pelo clero e pela figura do Bispo do Pará, e as ideologias progressistas que ganhavam força, especialmente em movimentos maçônicos no Brasil. No cerne do enredo, o Bispo é acusado de fazer parte da “seita jesuítica” por suas ações evangelizadoras, particularmente no que diz respeito à conversão de indígenas no interior do estado do Pará, devido aos seus empreendimentos nessas localidades, publicadas em seu jornal, inclusive. Esse movimento de evangelização não é colocado de maneira neutra: os maçons, representados pelos dirigentes dos jornais e seus adeptos, os quais também são autores de produções ensaísticas, em sua maioria de forma anônima, denunciam esta empreitada como uma forma de intolerância e abuso de poder. O folhetim critica a imposição do catolicismo sobre as crenças tradicionais dos indígenas, ao mesmo tempo em que denuncia a tentativa de subordinação de outras formas de crença à autoridade e moral da Igreja Católica.

A crítica ao Bispo Macedo Costa é mais do que uma crítica puramente religiosa; ela é uma crítica política e social. Ao acusá-lo de intolerância e abuso, o jornal maçônico sugere que as práticas do clero, apoiadas por uma estrutura de poder político, destinavam-se a aniquilar a diversidade cultural e religiosa das populações indígenas, mas não somente isso, também este movimento se integrava a um projeto de civilização para a utilização de mão-de-obra dessas comunidades:

A Igreja Católica também tinha seu projeto de reforma dos costumes da população livre e pobre - sobretudo, os grupos indígenas - por meio da religião e do trabalho. A “civilização dos índios” e a política dos aldeamentos eram fundamentais para a arregimentação de força de trabalho indígena cujo desenvolvimento dependia diretamente da correlação de forças entre as autoridades eclesiásticas e os presidentes de província (Martins, 2005; Neves, 2009 apud Moraes, 2023, p. 338).

A afirmação acima corrobora com as claras intenções do Bispo do Pará na catequização indígena, duramente criticada por maçons por meio do folhetim **O Jesuíta**. Além disso, a trama revela uma luta pelo controle da moralidade no Brasil oitocentista. A maçonaria, com a defesa da liberdade de expressão e valorização ao racionalismo filosófico, opõe-se aos dogmas impostos pelo catolicismo, fortemente alinhados ao Império e à aristocracia. O texto critica essa resistência à liberdade de crenças e aponta para o autoritarismo e abuso de poder cometidos por Dom Macedo Costa e seus aliados. A alegação de que ele teria utilizado de sua posição e se mostrado intolerante com outras formas de fé – como a maçônica – reflete a disputa pelo espaço da liberdade religiosa e de narrativas sobressalentes ao público leitor: em quem a sociedade deveria acreditar? Quais posicionamentos deveria defender?

Considerando que não somente o campo da fé estava em disputa, mas também o político, o folhetim utiliza-se de uma crítica mordaz para desestabilizar a figura do Bispo e de outros representantes da Igreja, ultraconservadores. A forma como a narrativa é construída no folhetim, não apenas é instrumento de denúncia, mas é, igualmente, um meio de reflexão sobre como os poderes vigentes moldavam a sociedade brasileira, de uma forma, talvez, mais “leve” ou mais “acessível” por não se tratar de um artigo opinativo ou tratado político.

Já remontando a produções que valorizam a imagem da Maçonaria, o folhetim **Os Maçons**, divulgado também na seção Folhetim, mas do jornal **O Santo Officio**, narrava uma história em trama instigante para o público leitor como uma forma de traçar imagens mais agradáveis de maçons do que aquelas instauradas na mente dos que se valiam dos mistérios e boatos sobre a sociedade e seus integrantes, reforçadas pelos jornais católicos da época. A imagem do maçom era permeada de preconceitos; visto como um traidor da moral estabelecida, defensor de princípios contrários aos

valores verdadeiramente cristãos, de claras intenções subversivas e ligadas a ideais revolucionários, os quais ameaçariam as estruturas de poder da Igreja e do Estado (Da Silva, 2020a).

O enredo do folhetim gira em torno da viúva D. Izabel, mulher rica, mas influenciada pelo padre jesuíta Nicoláo, que tenta controlar o destino de sua filha, Adelaide, apaixonada por Eduardo, um jovem humilde. No entanto, o confessor da viúva, a partir de seus próprios interesses, alinhados à Companhia de Jesus, trama para que Adelaide se case com Dr. Marciano, um médico submisso às manipulações do clérigo. O padre é, então, um dos protagonistas do enredo, descrito como hipócrita e manipulador, capaz de articular complexos esquemas em benefício da Igreja. O personagem obtém ajuda de um escravizado, Francisco, o qual exerce papel de seu informante, infiltrado na casa de D. Izabel, aliando-se aos planos de Nicoláo para deserdar Adelaide e garantir que toda a fortuna da viúva seja transferida para a Companhia de Jesus por meio de um testamento fraudulento. Eduardo, porém, busca desmascarar o jesuíta e consegue apoio de Major Estevão, irmão de D. Izabel, descrito como homem íntegro. O clímax da narrativa envolve a acusação de que Eduardo pertence à maçonaria, o jovem, porém, apesar das pressões exercidas, recusa-se a renunciar sua filiação.

A trama finda em uma reunião de uma loja maçônica, sem menção ao nome ou a localidade, em que Eduardo descobre ser herdeiro de uma grande fortuna deixada por seu falecido pai. Um desfecho digno de um folhetim oitocentista, mas que reflete a ideia de que a verdade e a justiça triunfam sobre a opressão e a manipulação jesuítica.

Ao optar por narrativas ficcionais e formas de narrar que colocam os maçons como protagonistas de tramas estimulantes como essa, de linguagem acessível, em um espaço do jornal já conhecido pelo público brasileiro como seção para leituras de entretenimento, a redação do impresso oferece uma perspectiva positiva e até heroica sobre os membros da doutrina. Essa tentativa de expor uma outra imagem de maçons revela um esforço de combater as denúncias contra a ordem, e também de delinear como seriam as figuras de poder católicas: manipuladoras, hipócritas e criminosas até.

Publicada em formato folhetinesco, a trama torna-se estimulante ao leitor e aproveita-se da popularidade do gênero no século XIX para engajar o público (Meyer, 1996), tornando a Maçonaria um tópico de discussão, pertencendo às relações de entretenimento das camadas sociais. Ao mesmo tempo, o folhetim também serviu para reforçar os princípios defendidos pela Maçonaria, reafirmando os discursos já publicados em outras seções do jornal. De certa forma, **Os Maçons** se institui, no contexto político e ideológico do jornal que o veiculou, como uma narrativa de propaganda, em formato ficcional, na tentativa de reformular as imagens instauradas sobre a Maçonaria e seus membros na sociedade brasileira do século XIX.

Interessante, também, é a presença n’**O Pelicano** de poemas com claras referências aos embates da imprensa maçônica à época, novamente em referência aos jesuítas (referindo-se ao Bispo do Pará e seus seguidores), que protagonizam um embate por meio da produção literária em 1872:

#### SONETO

Uma seita de impostos muito atrevida,  
Toda coberta de mazelas e defeitos,  
Quer ao mundo ditar [sic] veneas preceitos  
Julgando pela religião ser garantida.

Jesuítica facção, muda de vida,  
Ninguém já crê em falsos preceitos,  
Nem os povos de agora estão sujeitos  
A tolerar vossa gíria desabriga,

Vosso fado no mundo está acabado...  
De hoje avante tratai de outra fazenda  
Que vos de mais propicio resultado.

Esse gênero entre nós não acha venda  
E alcaide no comercio, e no mercado,  
E corrupto contrabando de encomendas  
(O Pelicano, 1872).

A “facção jesuítica” é retratada como uma seita autoritária devido à imposição de seus preceitos e dogmas; a organização ainda seria acusada de ser “coberta de mazelas e defeitos”, semelhante à visão publicada em artigos opinativos do jornal dirigidas a Dom Macedo Costa. Nos versos finais do soneto, é enfatizada a ideia de que o povo não estaria mais sujeito a tolerar tais ações da “facção”, dessa forma, o autor defende no poema o que a folha tentava propagar em seu editorial:

Dizia o **Pelicano** [...] que a ilustração caminhava e o povo que antes escutava atento as doutrinas fanáticas, hipócritas e desmoralizadoras dos “roupetas”, começava agora a entender que a “verdadeira religião é aquela que eleva o homem pela razão, que o exalta pela nobreza dos sentimentos e que o santifica pela instrução e pela prática das mais sublimes virtudes domésticas e sociais (Santos, 2011, p. 27).

**Cornelia Bororquia ou a vítima da inquisição espanhola**, de autoria do autor espanhol Luis Gutiérrez (1771 - 1809), foi a primeira novela considerada anticlericalista na Espanha, publicada primeiramente em 1801, em francês, e, posteriormente, em espanhol e português (1802). A história, escrita em cartas, narra o rapto de uma moça pelo Arcebispo de

Sevilha, que a leva para uma prisão da Inquisição. O pai da menina é a voz da narrativa na descrição do ocorrido e na súplica por ajuda a figuras importantes da sociedade. A narrativa denuncia os abusos de poder de uma figura religiosa tomada por ações imorais, como sua paixão por uma jovem de 19 anos; assim como resgata no leitor as práticas injustas do Santo Ofício na Espanha.

A novela foi publicada no jornal **O Santo Officio**, em 1874, na seção “Folhetim”, foi alvo de discussões entre o jornal católico **A Boa Nova** e o maçônico, **O Pelicano**. O periódico católico condenou tal publicação, negando os acontecimentos retratados na prosa de Luis Gutiérrez:

- Cornelia Bororquia, mulher de rara formosura, foi queimada viva na praça de Sevilha por não ter querido aceder aos impuros desejos de certo Arcebispo que, raivoso por não conseguir os seus depravados fins, entregou a raptada vítima aos tratos inquisidores. Sabemos que esta historieta teve voga em romances, cujo fim era desonrar os Ministros da Religião, torná-los odiosos, mas nunca a lemos historiador sisudo. Agora mesmo recorremos de novo aos historiadores, que temos à nossa disposição, e nada encontramos acerca das façanhas desse certo Arcebispo (*A Boa Nova*, 1872).

**A Boa Nova** toma como fato verídico o narrado na prosa ficcional, defendendo a figura eclesiástica e recorrendo à História para negar tal fato. Há uma clara confusão entre ficção e fatos reais, que poderia ser acionada pelo público leitor também, mas o jornal reforça essa indistinção, na tentativa de defender sua imagem, porém, possivelmente tenha atizado ainda mais a curiosidade do leitor.

**O Pelicano**, ao contrário, recomenda a leitura da narrativa, como prova do que ocorria na Igreja Católica, não somente na Espanha, mas também no Pará, como exemplo de intolerância e abuso de poder por parte dos eclesiásticos da cidade:

<<Cornelia Bororquia, mulher de rara formosura, foi queimada vida na praça de Sevilha por não ter querido aceder aos impuros desejos de certo arcebispo que, raivoso por não conseguir os seus depravados fins, entregou a raptada vítima aos tratos inquisidores. [...] O facho inquisitorial, diz a história, queimou milhares de vítimas inocentes, o jesuitismo usou dos maiores excessos, servindo-se até do sigilo do confessionário para consumir os seus hediondos planos; mas, o consciencioso e inabalável católico, não modifica suas crenças nem foge da Igreja, porque dentro dela haja homens capazes de fazer do altar um balcão e da consciência uma balança de comércio. >> (*O Pelicano*, 1872, nº 4, p. 2).

O jornal maçônico também leva em consideração uma veracidade dos fatos narrados no romance, mas com outro propósito. A Inquisição, mesmo não instaurada no Grão-Pará, é metaforizada pela presença de atos questionáveis praticados pelos padres e Bispo da região.

Possivelmente como resposta à folha católica, o romance fora publicado no **O Santo Offício** em folhetim, mantendo seu posicionamento contrário a figuras eclesásticas na época, aliando esta narrativa ao escopo editorial do jornal.

**Cornelia Bororquia** foi traduzida para o francês, português e alemão, com algumas edições em espanhol, enxertadas de notas e acréscimos, algumas pelo próprio autor, até a segunda edição em 1802. Nesse contexto, o romance esteve presente no Brasil, durante o século XIX, apenas algumas décadas após sua primeira publicação. Também foi anunciado em pelo menos 15 periódicos, nos estados de Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais nas décadas de 1830 a 1890, entre os quais seu título é mencionado vinte e três vezes.

Os títulos variam de acordo com os jornais citados: **A vítima da Inquisição de Sevilha, ou a infeliz Cornelia Bororquia**, no **Diário do Rio de Janeiro**, RJ, 1839; **A vítima da Inquisição de Sevilha, a infeliz Cornelia Bororquia** no jornal **1ª Luz**, RJ, 1875, **Cornelia Bororquia ou a historia interessante da infeliz victima da Inquisição de Sevilha**, na folha **A Constituição**, CE, 1888; **Cornelia Bororquia ou a victima da Inquisição** em **A Nação**, RJ, 1873, **Cornelia Bororquia, historia interessante da infeliz victima da Inquisição de Sevilha** em **Almanak de Juiz de Fora**, MG, 1891.

Em **A Constituição** (1888), o romance encontra-se em uma grande listagem de novos livros em português, recebidos na Livraria de Gualter Silva, seu preço não é divulgado. No **Almanak de Juiz de Fora** (1891), a obra encontra-se ao lado de **Traços biográficos**, de Víctor Hugo e **As amorosas paixões de Werther**, de Goethe, dois grandes nomes da literatura, todos oferecidos pela livraria Laemmert & C. Editores, localizada na Rua do Ouvidor. No **Diário do Commercio** (RJ, 1890), **Cornelia Bororquia** (intitulada apenas dessa forma), é oferecida, com inúmeras outras obras, como prêmio aos assinantes do periódico as quais renovariam suas assinaturas por um ano do jornal.

A presença do romance em tantos diferentes impressos, entre um espaço de tempo de mais de 30 anos, confirma sua grande circulação no Brasil, bem como, possivelmente, seu sucesso editorial em diferentes edições. Combatida pela Igreja, seja no Índice ou por jornais católicos, como **A Boa Nova**, o folhetim, no entanto, sobreviveu por muito tempo no imaginário do público leitor, reafirmando a potência da literatura nas reflexões e denúncias que dela se podem extrair, a respeito de figuras ou instituições criticadas por meio da ficção (Da Silva, 2020b).



Alan Christian dos Santos (2011) revela que a imprensa maçônica no século XIX, especificamente no Grão-Pará, surgiu como uma tentativa de firmar-se na sociedade paraense, como forma de combater as investidas condenatórias da Igreja Católica e as representações deturpadoras sobre seus integrantes e sobre a doutrina em si. As tramas acima mencionadas estiveram atreladas a esse projeto, na tentativa de esclarecer acerca dos seus preceitos, não somente por meio de artigos opinativos ou anúncios sobre ações benevolentes em lojas maçônicas, mas igualmente por meio da prosa ficcional, com narrativas instigantes e de caráter instrutivo/valorativo sobre os maçons e/ou condenatórios aos eclesiásticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa paraense oitocentista voltou-se para as questões políticas e sociais da sociedade, configurando-se como palco para diálogos e embates entre os jornais com teor semelhante ou contrário às discussões publicadas. Entre as folhas noticiosas, presencia-se a circulação de jornais maçônicos, os quais se destinaram à propagação de seus ideais e ao combate a seus adversários.

Títulos como **O Filho da Viúva**, **O Pelicano** e **O Santo Officio** protagonizaram significativas discussões durante a Questão Religiosa, embate entre Maçonaria e Igreja Católica no século XIX. Para atrair público leitor e convencê-lo de seus preceitos e afirmações, os jornais não apenas publicaram artigos opinativos a respeito dos temas envoltos nas querelas, como também divulgaram produções literárias envoltas nos discursos de propagação e defesa dos ideários doutrinários e dogmáticos referentes aos posicionamentos previstos em seus editoriais. Dessa forma, ao verificar narrativas e demais produções de cunho literário, constata-se uma maneira “branda” de trazer à tona as ideias defendidas e que circulavam entre as figuras de autoridade presentes nos jornais.

É por meio da prosa ficcional e da poesia, formas mais amenas e possivelmente mais atrativas de serem lidas, que os jornais maçônicos mantiveram um projeto da persuasão para confirmar seus ideais e suas opiniões, relacionadas tanto às doutrinas contrárias às suas quanto as de si mesmas, na afirmação dos seus preceitos e na construção de uma sociabilidade esclarecida a respeito dos seus integrantes e de suas ações.

As produções aqui apresentadas integram um rico conjunto de produções oitocentistas na Belém do século XIX, distante da corte do país, mas de uma região igualmente atuante nas

discussões ideológicas da época, por meio de uma imprensa ativa quanto às publicações e aos debates históricos, sociais e literários brasileiros. Esses títulos e produções fogem do escopo empreendido nos estudos literários e historiográficos, a partir da perspectiva da História cultural e do livro e da leitura, assim, a investigação realizada neste trabalho colabora para uma maior diversidade de estudos com as fontes primárias, na compreensão de um passado que se resvala em um presente vigente: o da disputa de narrativas em campo político, social e religioso no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa no século XIX**. Porto Alegre: Nova prova, 2007.

BITENCOURT FILHO, José Adauto Santos. SALES, Germana Maria Araújo. **O Pelicano: O posicionamento religioso oitocentista perante o romance**. Belém: Fapespa, 2014.

COSTA, Antonio de Macedo; DO PARÁ, Bispo. **A questão religiosa do Brasil perante a Santa Sé, ou, A missão especial a Roma em 1873 à luz de documentos publicados e ineditos**. 1886. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242777>. Acesso em 03 jan. 2025.

DA SILVA, Jeniffer Yara Jesus. **A polêmica da leitura de romances: prescrições e preceitos religiosos na Belém do século XIX**. Orientadora: Germana Maria Araújo Sales. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020a.

DA SILVA, Jeniffer Yara Jesus. Anticlericalismo e romance moderno: Cornelia Bororquia ou a Vítima da Inquisição. **Letras em Revista**, v. 11, n. 2, 2020b.

DE MEDEIROS, Rodrigo Dantas; GILENO, Carlos Henrique. Dom Vital: a questão religiosa, a crise político-social na província pernambucana e suas consequências durante o Segundo Reinado. **Revista Idealizando**, v. 2, n. 1, p. 5-17, 2018.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). Fontes históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.

MEYER, Marlyse. **Folhetim – uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MORAES, Felipe Tavares de. Civilização Cristã ou Laica na Amazônia Oitocentista? O Debate entre Tradição Imperial e Política Científica no Grão-Pará (1870-1880). **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 93, p. 333-354, 2023.

NEVES, Fernando Artur de Freitas. **Romualdo, José e Antônio: bispos na Amazônia do oitocentos**. Belém: Editora da UFPA, 2015.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do dezenove (Pará, 1872-1892)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém: 2011.

### **Fontes primárias**

**A Boa Nova** (1872)

**O Filho da Viúva** (1873)

**O Pelicano** (1872)

**O Santo Officio** (1874)